



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

**CAIO MARCO QUEIROGA DE OLIVEIRA**

**METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

Brasília  
2017

**CAIO MARCO QUEIROGA DE OLIVEIRA**

**METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.  
Orientador: Prof<sup>o</sup>. Me. Tácio Santos

Brasília

2017

**CAIO MARCO QUEIROGA DE OLIVEIRA**

**METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

Folha de Aprovação do Trabalho de  
Conclusão de Curso como requisito  
parcial à obtenção do grau de  
Licenciatura em Educação Física  
pela Faculdade de Ciências da  
Educação e Saúde Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

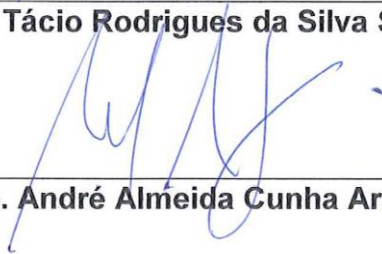
**BRASÍLIA, DF, 16/11/ 2017**

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof.º Me. Tácio Rodrigues da Silva Santos**



---

**Prof.º Me. André Almeida Cunha Arantes**



---

**Prof.ª Me. Hetty Lobo**

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo trazer referências bibliográficas a fim de compreender todo um processo de inclusão de deficientes visuais no âmbito escolar, metodologias inclusivas, o papel da escola e dos docentes envolvidos, suas capacitações necessárias para um melhor proveito do andamento individual de cada aluno, o papel do estado em relação às questões administrativas e estruturais necessárias para receber pessoas com necessidades educativas especiais em classes regulares, pois o Estado deve se comprometer com a inclusão e oferecer mecanismos que permitam as escolas e os profissionais da educação estarem preparados para lidar com situações como estas. Os resultados da pesquisa constataram uma falha no que se refere à formação continuada de professores, o que acarreta em despreparo e desconhecimento de certas necessidades individuais dos alunos portadores de necessidades especiais, bem como a deficiência visual. Projetos de ação em conjunto de um corpo docente se fazem necessários para encontrar caminhos metodológicos para receber alunos deficientes visuais sem que o exclua do convívio com alunos ditos “normais” pela sociedade. A inclusão deve ser projetada de uma forma igualitária, e de suma importância para ambas às partes, sendo comprovado o benefício da aprendizagem em conjunto, do respeito ao próximo, do conhecimento das limitações dos colegas em sala e um convívio harmonioso entre os alunos. Sendo assim, a Educação física propicia a inclusão de diversas maneiras, através do lúdico e do trabalho que desenvolve suas capacidades físicas básicas, necessárias para uma formação autônoma do deficiente visual, refletindo em sua vida diária, em seu cognitivo e em seu psicológico.

**Palavras-chave:** Deficiência visual. Inclusão. Educação especial. Atividade física. Educação física.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>05</b>
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>06</b>
<b>3.1 Deficiência visual.....</b>	<b>06</b>
<b>3.1.1 Retinopatia de Prematuridade.....</b>	<b>06</b>
<b>3.1.2 Catarata congênita.....</b>	<b>07</b>
<b>3.1.3 Glaucoma congênito.....</b>	<b>07</b>
<b>3.1.4 Retinoblastoma.....</b>	<b>07</b>
<b>3.1.5 Retinose Pigmentar.....</b>	<b>07</b>
<b>3.1.6 Deficiência visual cortical.....</b>	<b>07</b>
<b>3.1.7 Diabetes.....</b>	<b>08</b>
<b>3.1.8 Doença Macular Senil (DMS).....</b>	<b>08</b>
<b>3.1.9 Traumas.....</b>	<b>08</b>
<b>3.2 Qualificação e formação do Professor.....</b>	<b>09</b>
<b>3.2.1 Barreiras relacionadas ao professor.....</b>	<b>10</b>
<b>3.2.2 Barreiras administrativas.....</b>	<b>11</b>
<b>3.3 Metodologias inclusivas.....</b>	<b>12</b>
<b>3.4 Alunos com deficiência visual e qualidade de vida.....</b>	<b>13</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>15</b>
<b>ANEXO A – CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR.....</b>	<b>16</b>
<b>ANEXO B – CARTA DE ORIENTAÇÃO DE AUTORIA.....</b>	<b>17</b>
<b>ANEXO C – FICHA DE RESPONSABILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC...18</b>	
<b>ANEXO D – FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC.....</b>	<b>19</b>
<b>ANEXO E – FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DE TCC.....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO F – AUTORIZAÇÃO.....</b>	<b>21</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa aborda uma temática voltada para deficientes visuais, sua inclusão no âmbito de ensino regular, as possibilidades e barreiras enfrentadas pelo aluno frente suas necessidades, buscando propor uma reflexão em relação aos seus avanços e retrocessos nas redes de ensino. É de grande importância a inclusão de pessoas com deficiência visual, nas escolas e na sociedade.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996) – estabelecem que a educação, é direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. (MENDES, 2006)

Kafrouni e Pan (2001) descreve em seu artigo que em relação a capacitação dos profissionais da Educação, encontramos dificuldades encontradas pela escola ao lidar com alunos com necessidades educacionais especiais (N.E.E.) no ensino regular.

Com as considerações citadas acima buscamos responder o que se tem feito para inclusão de alunos deficientes visuais no ensino regular, estratégias metodológicas e como a Educação Física escolar pode influenciar nesse processo de inclusão. O objetivo geral desta pesquisa se resume em analisar, compreender e apontar como a inclusão no ensino regular influencia na formação do deficiente visual, se a capacitação profissional é importante para o desenvolvimento de projetos didáticos e a importância da Educação Física como metodologia, influenciando na qualidade de vida do aluno com deficiência visual.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Foi realizada uma pesquisa literária através de plataformas virtuais como Google Acadêmico, SciELO, Lilacs e pelo acervo virtual da Biblioteca Reitor João Herculino do Centro Universitário Uniceub na busca de artigos,

teses e livros do tema relacionado a deficiência visual, inclusão no âmbito escolar, metodologias inclusivas, que integram deficientes visuais no ensino regular, onde foram encontrados artigos entre os anos 1988 a 2011.

### **3. REVISÃO DA LITERATURA**

#### **3.1 DEFICIENCIA VISUAL**

Para entendermos o modo como pessoas com deficiência visual visualiza o mundo, primeiramente temos que compreender o conceito de deficiência visual. A deficiência visual pode ser classificada em dois grupos, adquiridas ou hereditárias. Pessoas com baixa visão e pessoas cegas.

Mazzarino (2011) cita em seu artigo o conceito médico da capacidade visual das pessoas com deficiência ocular sendo a perda total da visão ou ausência de projeção de luz.

*“Para a organização mundial da saúde (OMS) cego são aqueles sujeitos que apresentam acuidade visual de 0 a 20/200. O mesmo quer dizer que enxergam a 20 pés de distancia aquilo que um sujeito com visão normal enxerga a 200 pés. Há também aqueles que apresentam limitações, mas conseguem realizar afazeres, são denominados como sujeitos com visão residual. Um sujeito considerado com visão residual apresenta acuidade visual de 20/200 pés a 20/70”*  
(MAZZARINO, 2011 *apud* BRASIL,2005)

Segundo Mosquera (2010, p.54/55), as principais causas de cegueira adquiridas são doenças como a Retinopatia de Prematuridade, Catarata congênita, Glaucoma congênito, Retinoblastoma, Retinose pigmentar, Deficiência visual cortical, Diabetes, Doença Macular Sênior (DMS) e Traumas.

##### **3.1.1 Retinopatia de Prematuridade:**

Causada por imaturidade da retina decorrente de parto prematuro, ou excesso de oxigênio na incubadora, a Retinopatia de prematuridade pode ser classificada em grau I, II, III, IV e V. A Retinopatia quando adquirida em graus I,

II e III é menos reduzida, e se tem um melhor aproveitamento da visão, já a de graus IV e V a visão é bem mais reduzida. Mosquera (2010, p. 54/55), define a principal causa relacionada à retinopatia de maternidades no Brasil mantinham um atendimento a recém-nascidos que beirava a irresponsabilidade, um despreparo técnico que ocasionou muitas cegueiras. Não se conseguia controlar a dose certa de oxigênio (O<sup>2</sup>), aos prematuros de baixo peso, o que provocava uma vasoconstrição retiniana generalizada, e como consequência da saída da incubadora, a retina sofria uma hipóxia relativa, estimulando uma proliferação vascular. Felizmente, hoje em dia a realidade é outra.

### **3.1.2 Catarata congênita:**

Define-se pela opacificação do cristalino, a tendência é comprometer a visão, a mobilidade e a orientação do indivíduo. A catarata normalmente é bilateral, e provavelmente de caráter genético. Pode ser também transgestacional, ocasionada por rubéola ou outras infecções na gestação;

### **3.1.3 Glaucoma congênito:**

É uma doença fácil de reconhecer e pode levar a cegueira, é definida pelo aumento da pressão intraocular, pode ser hereditário ou causado por infecções. Dores na cabeça, nos olhos, coceira nos olhos indicam a necessidade de uma avaliação profissional para um tratamento adequado.

### **3.1.4 Retinoblastoma:**

Causada por um tumor intraocular, a Retinoblastoma é bem comum na infância. Suas causas não são bem conhecidas, porém possui tratamento e deve ser realizado o quanto antes.

### **3.1.5 Retinose Pigmentar:**

Existem muitas formas da Retinose Pigmentar, quase sempre são por motivos genéticos. Define-se por distrofias hereditárias retinianas, degeneração do epitélio pigmentar da retina. Por ser um fator genético, orientações à família devem ser feitas e aplicadas como forma de prevenção.



### **3.1.6 Deficiência visual cortical:**

É causada por alterações no sistema nervoso central, convulsões e lesões occipitais bilaterais. O córtex é o responsável por decodificar sinais do nervo óptico e ocorre por vários motivos, como: causas genéticas, traumatismos e causas neonatais.

### **3.1.7 Diabetes:**

Mais conhecida como Retinopatia diabética, ela é responsável pela cegueira de 84% dos diabéticos. A doença afeta a retina, causa derrames, proliferação de tecido adiposo, neoformação dos vasos e etc. O controle e a prevenção da Diabetes são de extrema importância e é principal forma de tratamento.

### **3.1.8 Doença Macular Senil (DMS):**

Quando células sensíveis a luz de uma área chamada Mácula (parte central da retina) se degeneram, a doença se instala. A DMS tem como principais causas a hipertensão arterial, o tabagismo, a arteriosclerose e a hereditariedade.

### **3.1.9 Traumas:**

Os traumas se dividem em traumas mecânicos (contusões, corpos estranhos, feridas penetrantes), e físicos (calor, frio etc.). Acidentes automobilísticos, em local de trabalho e com produtos químicos são os mais frequentes, e não se observa formas de prevenções adequadas ou mesmo de fiscalização para a proteção de indivíduos expostos a estes.

Há variadas formas de se perder a visão, e essas citadas acima foram apenas algumas delas. A baixa visão se dá pela alteração da capacidade funcional que consiste através de fatores como: diminuição da percepção visual, redução do campo visual, sensibilidade à luz e aos contrastes, e limitação de outras capacidades. Sendo assim as pessoas com baixa visão não devem ser tratadas como cegas, pelo contrário, deve se aproveitar as capacidades mantidas nas atividades educacionais, na vida diária, no trabalho e no lazer, aproveitando seu potencial. Para que o indivíduo não perca a

capacidade que lhe resta é de extrema importância estimular e adaptar a visão, tratando-a como cega e disponibilizando materiais em braile estamos negando e limitando a possibilidade de desenvolvimento da visão. As pessoas com baixa visão não enxergam da mesma maneira, há diferentes formas de como o indivíduo com baixa visão pode enxergar as coisas: Perda da visão central (DRMI, Stargardt); Perda da visão periférica; Perda difusa do campo visual.

Além da estimulação precoce a ser realizada logo após a descoberta da deficiência, utilizam-se recursos ópticos como: óculos com lentes bifocais e lupas que podem melhorar a qualidade de vida do deficiente visual, ressaltando que os recursos devem ser escolhidos e adaptados de acordo com a necessidade de cada um.

A cegueira pode ser classificada em cegueira absoluta, cegueira parcial e pela idade de início da deficiência. As formas de manifestação da cegueira no que se refere à imagem retida e a idade em que se adquire a deficiência são essenciais para compreender a pessoa com deficiência. A pessoa que nasce com visão e a perde tardiamente, guarda memórias visuais e consegue se lembrar das imagens e cores que conheceu, auxiliando na sua readaptação. Quem nasce desprovida da visão não adquire essa referência, e não possui memórias visuais.

No caso das pessoas com cegueira adquirem conhecimento do mundo externo por meio dos sentidos remanescentes: tato, audição, paladar, além da leitura e da escrita, via sistemas de leitura a braile e sistemas informatizados, assim como recursos didáticos adaptados.

As pessoas com deficiência visual utilizam meios não usuais para estabelecer relações com pessoas e objetos que fazem parte do cotidiano. A ausência da visão também reflete na estruturação do sujeito tanto nos processos cognitivos como na sua constituição psicológica (MAZZARINO, 2011).

Com isso, o impacto da deficiência visual congênita ou adquirida, em seus aspectos físicos e psicológicos varia muito entre indivíduos, no caso da perda de visão adquirida nota-se também a perda de aspectos como suas habilidades básicas, emocionais, da comunicação e da personalidade, para alguns indivíduos, uma experiência traumática que exige acompanhamento psicológico, para o indivíduo que sofreu a perda, e para sua família.

“É necessário o desenvolvimento de estudos que abordem a deficiência visual associada a nuances encontradas em cada fase do desenvolvimento da criança” (ALVES; DUARTE, 2005).

### **3.2 Qualificação e formação do Professor**

“Tendo em vista a capacitação dos profissionais da Educação, encontramos dificuldades encontradas pela escola ao lidar com alunos com necessidades educativas especiais (N.E.E.) no ensino regular” (KAFROUNI; PAN, 2001).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20.12.1996), no capítulo V, define educação especial como *“modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais”* (art. 58). A oferta de educação é *“dever constitucional do Estado”* (art. 58, 3º). E prevê *“currículos, métodos e técnicas, recursos didáticos e organização específicos”* para o atendimento adequado de N.E.E. (art. 59, I). Temos como principal fator, a capacitação de professores de ensino regular para a integração desses alunos nas salas de aula (art. 59,III). E com a recente implementação da Lei Nº 13. 146 de 06 de Julho de 2015 capítulo IV, define que *“Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.”* (art. 28, 1º).

Segundo Kafrouni e Pan (2001), no que se refere à educação especial, é a integração do aluno portador de Necessidades Educativas Especiais à classe comum, e para isso, se faz necessário a capacitação dos professores não só para programas especializados, mas também para o ensino regular. Entretanto, o processo de integração não é alcançado apenas pela instauração de uma lei (Lei de diretrizes básicas da educação nacional), e também não pode ser concluída com rapidez, pois medidas de reformulação do ensino se fazem necessárias, exigindo dos seus dos profissionais da área,

conhecimentos produzidos em diferentes áreas como: Psicologia, Medicina, Pedagogia, Arquitetura etc.

Uma das perguntas a se responder é se os profissionais da educação foram instrumentalizados para promover tal integração de pessoas com N.E.E às classes regulares. Como citado acima, encontramos barreiras na tentativa de inclusão de alunos deficientes visuais na escola de ensino regular.

Alves e Duarte (2005) descrevem algumas barreiras enfrentadas para a concretização da integração, classificadas de acordo com as atitudes apresentadas por professores, pelos próprios alunos cegos e com baixa visão, e pela administração da escola. Essas barreiras encontradas podem ser:

### **3.2.1 Barreiras relacionadas ao professor:**

#### **a. Falta de preparação profissional:**

Segundo os autores, a solução possível seria estimular uma preparação profissional de qualidade, fornecer informações sobre metodologias e estratégias de ensino que auxiliem no processo de inclusão do aluno deficiente visual, tendo como ênfase as adaptações que devem ser realizadas nas aulas de educação física, recursos esportivos e recreações, que são inexistentes e pouco direcionados ao corpo docente das instituições para a solução de problemas no planejamento, intervenção e avaliação que o profissional possivelmente possa vir a encontrar. A experiência do professor com alunos deficientes visuais é de suma importância para que essa inclusão seja realmente feita e aplicada com sucesso.

#### **b. Currículo e atividades propostas:**

Na educação física escolar, diversas são as atividades propostas pelo professor, e cabe a ele adaptar as aulas para a inclusão do deficiente visual. As modalidades tradicionais não favorecem a participação de alunos com deficiência visual ou baixa visão, que são frequentemente excluídas das aulas por não possuir uma participação independente. Adaptar as aulas se torna necessário, com a utilização de materiais específicos para cegos que é essencial para o auxílio do professor, e para que se torne possível o acesso do aluno portador da deficiência visual.

### **3.2.2 Barreiras administrativas:**

#### **a. Falta de equipamento e tempo disponível**

Não é nenhuma novidade para nós, a falta de estrutura e de equipamentos apropriados que sejam disponibilizadas nas escolas do Brasil. Tal falha impede a participação e favorece a exclusão dos alunos cegos, que por meio de adaptações poderiam ser inclusos nas atividades propostas. A criança com deficiência além de ter de se adaptar as disciplinas, tem de se dividir a outras atividades como aulas de Braille, terapia, orientação e mobilidade, que lhe acarreta a uma falta de tempo em programas de atividade física.

Com todas as barreiras citadas acima, concluímos que são inúmeros os problemas relacionados ao corpo docente e ao processo de inclusão para portadores de deficiência visual. A falta de um projeto de inclusão, representações professor-aluno, falta de materiais, rigidez curricular, avaliativa e metodológicas, além da falta de informação quanto as necessidades e deficiência do aluno (aluno-problema/aluno-ideal) são fatores que desfavorecem a integração da criança nas classes regulares de ensino.

Kafrouni e Pan (2001) indicam que uma das medidas mais urgentes é a elaboração de um projeto de inclusão, a ser efetuado nas escolas. Através de tal projeto, dificuldades podem ser abordadas como, por exemplo, a questão curricular, onde os profissionais envolvidos poderiam, assim, trabalhar em busca de uma linha de ação comum... *“A questão relaciona-se diretamente com a capacitação de professores e equipes pedagógicas, pois a elaboração de projetos requer preparo por parte dos encarregados em elaborá-lo, a saber: a equipe de professores e técnicos da escola. O que se verificou nas escolas é que as equipes não sabem nem mesmo por onde começar a implementação da proposta de inclusão na rede regular de ensino”*.

Sendo assim, concluímos que o Estado tem o dever, descrito em lei, de proporcionar a sociedade uma estrutura arquitetônica inclusiva, uma equipe docente qualificada e um projeto de inclusão disponível para ser efetuado nas escolas.

### 3.3 Metodologias inclusivas

Neste tópico, é de grande importância enfatizar o lúdico para o desenvolvimento de crianças com deficiência visual. Deve-se valorizar o estímulo precoce, assim que descoberta a deficiência. Identificar brinquedos que estimulem seu desenvolvimento cognitivo e motor da criança se torna primordial nesse processo.

A criança em seu processo de desenvolvimento apropria-se das informações do mundo como forma de aprendizado e interação social, este meio serve de estímulo para criança, tendo como exemplo, a curiosidade pelos objetos em sua volta, despertando interesse por características como textura, forma, tamanho, cor, que o motiva para interagir com o objeto. A criança com deficiência visual, não apresenta contato com o mundo através de estímulos visuais, sendo assim, se limita nos movimentos e interações, pois não há interação visual com o meio externo, fazendo com que seus cuidadores e posteriormente seus educadores estejam atentos a essas limitações diariamente, promovendo a interação no contato corporal, no contato com objetos e experiências diversas, sendo imprescindível, além do contato, estimular a linguagem da criança.

Além disso, o brincar estimula e exercita a interação, apropriação de regras, rotinas do dia-a-dia, de movimentar-se e tornar-se independente, desenvolver o físico, a mente, a afetividade e a autoestima. Tais habilidades desenvolvem-se na infância através do brincar, servindo de auxílio no desenvolvimento e na aprendizagem da criança nos anos seguintes. Em alguns casos, é necessária a adaptação dos objetos para que a criança tenha acesso, interaja e que lhe faça sentido. Vai do olhar atento do mediador para que essa interação para tornar para criança um momento prazeroso e de proveito para criança em todos os sentidos.

Mazzotta (2003) define Educação Especial como:

*“A modalidade de ensino que caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar, e em alguns casos, substituir os serviços*

*educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados excepcionais, são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de alunos com necessidades educacionais especiais”.*

Sendo assim, entre essas modalidades de ensino que apoiam a inclusão e a integração do aluno deficiente visual, encontramos a Educação Física. A Educação Física Escolar passou a ser obrigatória nas escolas públicas no século XIX e consistiam em aulas corretivas para alunos considerados normais. Porém, com o passar dos tempos, houve uma evolução na Educação Física no sentido de melhorar a prática pedagógica que supre as necessidades de pessoas com deficiências (entre elas a deficiência visual), especificadas com definições distintas para o mesmo termo a qual passou a ser denominada Educação Física Adaptada (STRAPASSON; CARNIEL, 2007).

Strapasson e Carniel (2007) também cita em seu artigo, que a Educação Física tem um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente para alunos com deficiência. Para elas, a Educação Física Adaptada procura tratar do aluno sem que haja desigualdades, tornando a autoestima e a autoconfiança mais elevada através da possibilidade de execução das atividades, conseqüentemente da inclusão. Portanto, se faz necessário o desenvolvimento da autonomia da criança com deficiência visual, para a realização de atividades da vida escolar e diária, identificando e descrevendo técnicas de reconhecimento do local e adaptações diárias.

Silva (2011) conclui em seus estudos que a realidade da escola está longe de se encaixar nos ideais inclusivos; o demonstrado é a transição entre os princípios de integração para os de inclusão. Esta transição acarreta muitas dúvidas aos professores, principalmente aqueles que concluíram sua formação antes mesmo desses ideais chegarem as universidades.

Ao voltar o olhar para o indivíduo e não para o produto, criaram-se novas demandas para educação, necessitando novas pedagogias, métodos, conhecimentos e conteúdos (SILVA, 2011).

Conclui-se então, que a formação continuada é de extrema importância para formar um profissional crítico e criativo, diante das várias possibilidades inclusivas, que proporcionam a interação e a aprendizagem não só dos alunos portadores de deficiência, mas também aqueles ditos normais, formando um cidadão que respeita as diferenças, e auxilia na aprendizagem do próximo, tornando o ambiente escolar melhor para todos.

### **3.4 Alunos com deficiência visual e qualidade de vida**

Segundo Dias de Sá (2007), no que desrespeita no desejo de aprender, alunos com deficiência visual não se diferem de seus colegas que enxergam. Seus interesses, curiosidades, motivações, necessidades gerais como cuidados, proteção, afeto, limites, convívio e recreação, se relacionam na formação da identidade do indivíduo e em seu desenvolvimento. O aluno com deficiência visual precisa de um ambiente onde seja estimulado por mediadores e precisam de condições favoráveis para explorar suas particularidades. Devem ser tratados como qualquer outro aluno, no que se diz respeito ao direito, dever, norma, regulamento, disciplina e outros aspectos de vida inseridos no âmbito escolar. Portanto os alunos inseridos no ensino regular devem ser tratados de forma igualitária, respeitando suas particularidades, para que em seu processo de inclusão ocorra uma maior interação social, proporcionando uma maior participação em atividades da vida cotidiana.

A escassez de informações visuais pode ocasionar, caso a criança não seja adequadamente estimulada, prejuízos em diversos aspectos de seu desenvolvimento, tais como atrasos no campo motor, cognitivo, emocional e social (ALVES; DUARTE, 2005).

Sendo assim, a Educação Física é de suma importância no que diz respeito à inclusão do aluno. Além de propiciar a inclusão e a relação entre os colegas, a Educação física proporciona uma vivência motora que auxilia no aprendizado do aluno em seu equilíbrio estático e em suas capacidades físicas básicas que promove uma melhor qualidade de vida, autonomia e autoestima do indivíduo. A qualidade de vida do aluno deve ser posta em primeiro lugar



para que esteja em harmonia com o ambiente, e seu desenvolvimento seja de fato consumado.

Quando falamos em qualidade de vida, devemos ir além do aspecto de saúde física, devemos compreender que qualidade de vida também está relacionada à saúde mental, autonomia, suas relações sociais, familiares e com o ambiente. A qualidade de vida também está diretamente relacionada à autoestima e ao bem-estar pessoal, compreende também aspectos como sua capacidade funcional, estado emocional, autocuidado, suporte da família, valores culturais, satisfação com atividades do dia-a-dia e o ambiente que se vive. Logo, para pessoas com deficiência, encontramos barreiras no que desrespeita a aspectos da qualidade de vida.

Alves e Duarte (2005) apontam que essas barreiras relacionadas ao aluno se devem à superproteção exercida pelos pais, que como consequência, não permite a interação da criança com o ambiente. A falta de oportunidades no que se refere a recursos e adaptações necessárias e a falta de confiança para participar de atividades, onde alunos alegam um baixo nível de habilidades, medo e opiniões externas.

Estímulos devem ser constantemente realizados para que o deficiente visual seja independente, com maiores habilidades e tenham mais segurança de si. “O processo educacional do deficiente visual deve estar centrado nas necessidades e nos anseios do aluno” (ALVES; DUARTE, 2005).

Alunos com deficiência visual, não se difere de alunos ditos “normais” no que diz respeito ao cognitivo do indivíduo.

Sá (2007), aponta que a aprendizagem do aluno com deficiência visual pode ser mais lenta na realização de algumas atividades, pois a dimensão analítica demanda mais tempo. Esses alunos tem a necessidade de manipular e explorar para conhecer as suas características e fazer uma análise detalhada para tirar conclusões.

*“Assim, a falta da visão não interfere na capacidade intelectual e cognitiva. Esses alunos têm o mesmo potencial de aprendizagem e podem demonstrar um desempenho escolar equivalente ou superior ao de alunos que enxergam mediante condições e recursos adequados” (SÁ,2007).*

Pessoas com deficiência costumam sofrer muitos preconceitos, o que torna mais difícil a adaptação e a exploração do mundo externo. A sociedade lida com a deficiência como algo diferente, fora de sua realidade pessoal, porém ela está mais presente do que imaginamos, deve-se ser tratada com respeito e sem a visão de que pessoas com deficiência são dependentes de outras pessoas, como se não fossem capazes de ter uma vida autônoma. A cegueira é traumática, e perturba o imaginário do deficiente visual, além de encontrarem inúmeras dificuldades físicas e motoras.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as informações adquiridas na pesquisa, percebemos que a inclusão apesar de ter evoluído bastante nas escolas regulares, ainda necessita de aperfeiçoamento. É necessário que o Estado tome mais atitudes relacionadas à infraestrutura, capacitação da equipe docente e disponibilize materiais pedagógicos adequados à deficiência visual, possibilitando sua inclusão em classes regulares, para que com autonomia a criança passe a ser independente e capaz de se relacionar, conviver e exercer o seu direito de ir e vir como qualquer cidadão comum. Somos nós, futuros professores, juntamente com o apoio da sociedade, da equipe pedagógica, das famílias, das universidades e do Governo, que devemos embarcar nessa importante jornada, para transformar e melhorar o ensino e a vida de pessoas com deficiência visual, tendo como ponto de partida um senso comum, para elaboração de projetos e metodologias que favoreçam esses alunos. Através da criatividade dos professores, de um senso comum com a equipe pedagógica, transformando e adaptando suas aulas de maneira criativa.

Os alunos com deficiência visual possuem o cognitivo conservado, e possuem as mesmas capacidades intelectuais de pessoas que não possui a deficiência, de forma que se torna capaz de estar presente nas salas de aula no ensino regular. O portador da deficiência visual necessita de recursos específicos para sua mobilidade, proporcionando autonomia em sua locomoção, trabalhando com sentidos remanescentes, como: tato, olfato, audição e visão residual (se existente) para a melhoria de suas atividades diárias. Técnicas são desenvolvidas para que facilitem seu cotidiano, e

recursos que auxiliem esse processo são utilizados, como exemplo a bengala e o cão guia.

É importante o apoio da família nesse processo de integração do aluno, que muitas das vezes se tornam super protetoras e acabam limitando suas capacidades e habilidades por receio ou medo. Para que sejam inclusos de maneira digna e para que os mesmos possuam seus direitos assegurados pela Lei, todo um processo é necessário para o sucesso de sua inclusão.

Sendo assim, é importante a reflexão de tudo o que já foi feito, e o que deverá ser definido, mantido e transformado, para que novas concepções pedagógicas explorem e se conscientizem sobre a importância da integração e inclusão do aluno cego no âmbito de escolas regulares, proporcionando a ele uma educação de qualidade e segura, para que se desenvolva e evolua como cidadãos capazes de se relacionar com o mundo, transformando suas vidas e de seus familiares, para que possam ter uma vida digna e de qualidade como qualquer outro indivíduo, possibilitando-o ingressar em universidades, no mercado de trabalho e para que tenham oportunidades para transformar seus ideais.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. S., & Duarte, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.1, n.2, p.223-240, mai./ago. 2005.
- ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidade. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 27, n.2, p. 231-237, jul./dez. 2005.
- ÁVILA, Camila Ferreira; TACHIBANA, M.; VAISBERG, T. M. J. A. Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. **Revista Paidéia**, v. 18, n. 39, p.155-164, Ribeirão Preto, set./dez. 2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996)**. Diário Oficial da União, 23 de dezembro, 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 02/09/2017
- BRASIL. Presidente da República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União nº 191 – A, 5 de outubro, 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/douconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf)>. Acesso em: 02/09/2017
- BRASIL, P. D. R. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Planalto, 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 19/11/2017
- CRUZ, G. C. **Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusiva**. 2005. 229f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CIDADE, Ruth Eugênia. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. **Revista Integração Edição Especial - Educação Física Adaptada**, v. 14, p. 26-30, Brasília, 2002.
- COSTA, Alberto Martins; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n.3, p. 27-42, Campinas, maio. 2004.
- D'ANTINO, M. E. F.; MAZZOTA, M. J. S. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 12, n.2, p. 377-389, São Paulo, agosto. 2010.

Gorgatti, Márcia Greguol. **Educação Física Escolar e Inclusão: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**. 2005. 173f. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

INTERDONATO, Giovanna Carla; GREGUOL, Márcia. Qualidade de vida e prática habitual de atividade física em adolescentes com deficiência. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 21, n.2, p. 282-295, São Paulo, nov./mar. 2011.

KAFROUNI, Roberta Mastrantonio; PAN, M. A. S. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses rente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Revista Interação**, v. 5, n.1, p. 31-46, Curitiba, novembro. 2001.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiências: A questão da inclusão social. **Revista São Paulo em perspectiva**, v.14, n.2, p. 51-56, São Paulo, abr./jun. 2000.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, A.; RISSI, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, v.33, n.1, p.87-102, Florianópolis, jan./mar. 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p. 387-405, São Paulo, se./dez. 2006.

MOSQUERA, CF. **Deficiência Visual na Escola Inclusiva: 1**. Editora Intersaberes, 2012. 160 p.

OLIVEIRA, Dayane Nunes; BARRETO, Renata Rezende. Avaliação do equilíbrio estático em deficientes visuais adquiridos. **Revista Neurociências**, v. 13, n. 3, p. 122-127, Goiânia, jul-set. 2005.

SOUZA, Gracy Kelly Pereira; BOATO, Elvio Marcos. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação Física em Revista**, v.3, n. 2, p. 1-15, Taguatinga, 2010.

SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, I.M.; CAMPOLINA, M. B. S. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência visual**. SEESP/ SEED/ MEC. Brasília-DF, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf)>. Acesso em: 23/08/2017.

SILVA, Afonsa Janaína; DUARTE Edison; ALMEIDA, J. J. G. Campeonato Escolar e Deficiência visual: o discurso dos professores de Educação Física. **Revista Movimento**, v. 17, n. 2, p.38-55, Porto Alegre, abr./jun. 2011.

SEABRA JÚNIOR, L. **Inclusão, necessidades especiais e Educação Física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar.** 99f. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STRAPASSON, A. M.; CARNIEL, F. **A educação física na educação especial.** Revista Digital, Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>>. Acesso em: 20/08/2017.

**ANEXO A – CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR**

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES  
Curso de Educação Física

**CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC**

**Declaração de aceite do orientador**

Eu, **TÁCIO RODRIGUES DA SILVA SANTOS** declaro aceitar orientar o(a) discente **CAIO MARCO QUEIROGA DE OLIVEIRA** no Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Brasília, 08 de Agosto de 2017.**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**



**ANEXO B – CARTA DE ORIENTAÇÃO DE AUTORIA**

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES  
Curso de Educação Física

**CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC**

**Declaração de Autoria**

Eu, Caio Marco Queiroga de Oliveira, declaro ser o (a) autor(a) de todo o conteúdo apresentado no trabalho de conclusão do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Declaro, ainda, não ter plagiado a ideia e/ou os escritos de outro(s) autor(es) sob a pena de ser desligado(a) desta disciplina uma vez que plágio configura-se atitude ilegal na realização deste trabalho.

**Brasília, 22 de Novembro de 2017.**

Orientando





## ANEXO C – FICHA DE RESPONSABILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES  
Curso de Educação Física

### FICHA DE RESPONSABILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Eu, **CAIO MARCO QUEIROGA DE OLIVEIRA RA: 21485022** me responsabilizo pela apresentação do TCC intitulado **METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR** no dia 16/11 do presente ano, eximindo qualquer responsabilidade por parte do orientador.

ASSINATURA



**ANEXO D – FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES  
Curso de Educação Física**FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC**

Eu, **TÁCIO RODRIGUES DA SILVA SANTOS** venho por meio desta, como orientador do trabalho de Conclusão de Curso: **METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR** autorizar sua apresentação no dia 16/11 do presente ano.

Sem mais a acrescentar,

**Professor Orientador**

SEPN 707/907 - Campus do UniCEUB, Bloco 9 - 70790-075 - Brasília-DF – Fone: (61) 3966-1469

[www.uniceub.br](http://www.uniceub.br) – [ed.fisica@uniceub.br](mailto:ed.fisica@uniceub.br)



Na fabricação de papel reciclado, a quantidade de água equivale apenas a 2% da utilizada para a produção de papel alvejado.

## ANEXO E – FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DE TCC



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES  
Curso de Educação Física

### FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DE TCC

Eu, **TÁCIO RODRIGUES DA SILVA SANTOS** venho por meio desta, como orientador do trabalho de Conclusão de Curso: **METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR** autorizar a entrega da versão final no dia 22/11 do presente ano.

Sem mais a acrescentar,

**Professor Orientador**



**ANEXO F – AUTORIZAÇÃO****AUTORIZAÇÃO**

Eu, **CAIO MARCO QUEIROGA DE OLIVEIRA** RA: 21485022, aluno do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, autor do artigo do trabalho de conclusão de curso intitulado **METODOLOGIAS DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR**, autorizo expressamente a Biblioteca Reitor João Herculino utilizar sem fins lucrativos e autorizo o professor orientador a publicar e designar o autor principal e os colaboradores em revistas científicas classificadas no Qualis Periódicos – CNPQ.

Brasília, 22 de Novembro de 2017.

**Assinatura do Aluno**

